



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.** (CP), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 1.058.957.076 euros e um total de capital próprio negativo de 2.996.053.971 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 223.589.401 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos sete e oito, chamamos a atenção para a situação seguinte:
- 9.1. De acordo com o constante na nota 20 do Anexo, o Conselho de Administração entendeu reforçar a imparidade referente ao material circulante incluído nos *Activos não correntes detidos para venda*, atenta a especificidade dos bens em causa e dos mercados em que estes podem ser transacionados, e da consequente incerteza que rodeia o seu valor de venda. De referir ainda que parte do material circulante classificado nesta rubrica durante o ano de 2011, não chegou a ser alienado no prazo de 12 meses, conforme estipulado na NCRF n.º 8, entendendo o Conselho de Administração que o atraso na concretização dos



acordos de venda já estabelecidos foi causado por circunstâncias que lhe são alheias.

- 9.2. Tal como está evidenciado nas demonstrações financeiras em apreço, a CP tem vindo a acumular prejuízos de montante significativo ao longo dos anos, apresentando em 31 de Dezembro de 2012 um capital próprio negativo de 2.996.053.971 euros. Neste contexto de extremo desequilíbrio da estrutura financeira, agudizado pela presente crise financeira internacional, e da zona euro em particular, a continuidade da Empresa tem sido garantida pelo apoio que o Estado lhe vem assegurando. Em Novembro de 2011, o Governo aprovou o Plano Estratégico dos Transportes que comporta um conjunto de medidas que visam, entre outras finalidades, tornar o sector dos transportes financeiramente equilibrado e economicamente sustentável. A continuidade da CP está, assim, dependente, da sua reestruturação financeira, a emprender com o apoio estatal, conjugada com o reequilíbrio económico a atingir.

Lisboa, 20 de Março de 2013

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por José Luís Areal Alves da Cunha